

# A Geografia na Contemporaneidade

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

# A Geografia na Contemporaneidade

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-018-6

DOI 10.22533/at.ed.186182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia Sócioambiental”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, agroecologia, hidrografia e território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia física. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

## SUMÁRIO

### GEOGRAFIA SÓCIOAMBIENTAL

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
OS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL/RJ QUANTO AO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
Gislaini Souza Magdalena Paravidino Vicente Paulo dos Santos Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA	
Emerson Ferreira da Silva Julie Mathilda Semiguem Pavinato Rafael Lucas Alves Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DO SABER	
Elder Quiuqui Crislândia Reis Brito Gilmário Almeida Valéria Pancieri Sallin Edson Rocha Santos Adão das Neves Pereira Fábio Júnior Braz dos Santos Eni Silva Santiago Celso Luiz Borges de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
A PERSPECTIVA INTEGRACIONISTA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA	
Andréa Marcia Legnani Fernando José Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA DA BAHIA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA QUINTA EDIÇÃO	
Anderson Souza Viana Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
PATRIMÔNIO CULTURAL E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO	
Adilson Tadeu Basquerote Silva Eduardo Pimentel Menezes Rosemy Da Silva Nascimento Morgana Scheller	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821126</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 73**

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

[Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos](#)

[Djalma Adão Barbosa Júnior](#)

[José Adolfo Iriam Sturza](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1861821127**

**CAPÍTULO 8 ..... 88**

OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO\*

[Maya Manzi](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1861821128**

**CAPÍTULO 9 ..... 99**

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL?

[Carlos Marcelo Maciel Gomes](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1861821129**

**CAPÍTULO 10 ..... 113**

AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO TEMPORAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRAFICA DO CORREGO SÃO MATEUS INFLUENCIADA PELO ATERRO SANITÁRIO SALVATERRA E PELO DISTRITO INDUSTRIAL PARK SUL

[César Henrique Barra Rocha](#)

[Sanderson dos Santos Romualdo](#)

[Hiago Fernandes Costa](#)

[Bruna Helena Coelho Pereira](#)

[Thiago Willian Lemos Fernandes](#)

[Leonardo Pimenta de Azevedo](#)

[Ana Carolina Nascimento Leão](#)

[Amanda de Sousa](#)

[Antoine Philippe Casquin](#)

**DOI 10.22533/at.ed.18618211210**

**CAPÍTULO 11 ..... 130**

OS FATORES NATURAIS, O USO, A CHUVA E A ENCHENTE NO RIO VERMELHO NA CIDADE DE GOIÁS-GO EM 2001.

[Adriana Aparecida Silva](#)

[Maria Gonçalves da Silva Barbalho](#)

**DOI 10.22533/at.ed.18618211211**

**CAPÍTULO 12 ..... 140**

GEOGRAFIA POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E REPRODUÇÃO CAPITALISTA: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A EXPANSÃO DOS HIDRONEGÓCIOS EM MATO GROSSO

[Ivan de Sousa Soares](#)

**DOI 10.22533/at.ed.18618211212**

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>155</b>
GEOGRAFIA(S) DA PRODUÇÃO DE COCO NO BRASIL: ESPAÇO E TEMPO, TÉCNICA E TERRITÓRIO	
Leandro Vieira Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>171</b>
MORFOMETRIA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E SUA RELAÇÃO COM USO DAS TERRAS: CASO DA BACIA DO RIO PARAIBUNA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
João Cesar de Resende	
Letícia D'Agosto Miguel Fonseca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>182</b>
LAGOS ARTIFICIAIS E POSSÍVEL INFLUÊNCIA NO CLIMA LOCAL E NO CLIMA URBANO: ESTUDO EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP)	
Marcos Barros de Souza	
Zilda de Fátima Mariano	
Emerson Galvani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>190</b>
PRODUÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A AGROECOLOGIA E ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS	
Adilson Tadeu Basquerote Silva	
Eduardo Pimentel Menezes	
Rosemy Da Silva Nascimento	
Morgana Scheller	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>204</b>
PRÁTICAS DO COTIDIANO NAS ÁGUAS DE FRONTEIRA: PESCA, CONTRABANDO E COMIDA	
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>221</b>
A ATUAÇÃO DOS VENTOS EM PALMAS, TO	
Liliane Flávia Guimarães da Silva	
Lucas Barbosa e Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>233</b>
ANÁLISE DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
Camila de Moraes Gomes Tavares	
Ricardo Guimarães Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211219</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>243</b>
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ	
Irenildo Costa da Silva	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
Roni Mayer Lomba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>257</b>
PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA INDICADOR DE QUALIDADE DE TEMPERATURA (iqT) E APLICAÇÃO EM CIDADES PARANAENSES	
Máriam Trierveiler Pereira	
Geórgia Pellegrina	
Odacir Antonio Zanatta	
Marcelino Luiz Gimenes	
Creir da Silva	
Shigetoshi Sugahara	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>269</b>
ANÁLISE METODOLÓGICA E INTERPRETATIVA DE MAPEAMENTO DO RELEVO DE PELOTAS/RS	
Anderson Rodrigo Estevam da Silva	
Moisés Ortemar Rehbein	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>283</b>
BANCO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL	
Gleydson Pinheiro Albano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>296</b>
CRÉDITO RURAL COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (PR)	
Rosecleia Burei Presa	
Pedro Ivan Christoffoli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>312</b>
GEOTECNOLOGIAS: TÉCNICAS E APLICAÇÕES NA AGROPECUÁRIA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>320</b>
ANÁLISES HÍDRICA PARA ALGUMAS CULTURAS NA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÁ – GO	
Luiz Carlos Benicio de Brito	
Diego Simões Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211226</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>327</b>



## O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL?

**Carlos Marcelo Maciel Gomes**

Instituto Federal de Alagoas, Universidade  
Federal de Sergipe  
São Cristóvão - Sergipe

**RESUMO:** O presente artigo vem analisar a Política dos Arranjos Produtivos Locais sob o enfoque territorial enquanto discurso de/para Desenvolvimento no espaço agrário brasileiro, inscrito no processo de intensificação da crise estrutural do capital, considerando a tripartite Estado-Capital-Trabalho. Analisamos a abordagem territorial, o revigoramento dos estudos sobre aglomerações produtivas e suas contradições. O projeto de Desenvolvimento Territorial busca mitigar as desigualdades socioespaciais por meio da regulação, instrumentalizando o “local” na lógica de mercado a partir dos arranjos produtivos locais. Desta forma, o Estado insere a dinâmica produtiva aos imperativos do capital, reforçando a mesma lógica de mercado responsável pelas disparidades socioespaciais, caracterizada pela incontrollabilidade e agora emergido na insolubilidade de sua crise estrutural, alimentando-o.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arranjo Produtivo Local; Desenvolvimento Territorial; Estado; Crise Estrutural.

**ABSTRACT:** This article analyzes the policy of the Local Productive Arrangements under the approach as speech to Development in the Brazilian agrarian space, inscribed in the process of intensification of capital’s structural crisis, considering the tripartite State-Capital-Labor. We analyze territoriality, the reinvigoration of studies on productive agglomerations and their contradictions. The development project aims to mitigate the crisis through market regulation, mediated by the state, instrumentalizing the “local” for the capital, inserting it into the dynamics of uncontrollability and determinations inherent social and metabolic system emerged the insolubility of its structural crisis, fueling it.

**KEYWORDS:** Local Productive Arrangement; Territorial Development; State; Structural Crisis.

### 1 | INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, com a evidência da crise econômica, novas formas de valorização do capital foram ancoradas em “pequenas empresas” (FRANÇA; GARIBE FILHO, 2008), permitidas pelo avanço tecnológico, em substituição às grandes empresas de produção em massa. Um longo período de acumulação sob o modo fordista e de regulação keynesiana entraria em sua fase de esgotamento, revelando um quadro crítico

apresentado por Antunes (2009, pág. 31 e 32) através da queda da taxa de lucro, esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, hipertrofia da esfera financeira (que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos), maior concentração de capitais através de fusões, crise do *Welfare State*, incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e flexibilização dos processos.

Mecanismos locais de controle se adequaram a flexibilização e a mobilidade exigidos pelo mercado. O Desenvolvimento Local passa a ser o novo exemplo de modelo de eficiência e é sob este discurso que emana a defesa da abordagem territorial e o estímulo sobre os estudos referentes às aglomerações produtivas junto às Políticas de descentralização.

Institucionalmente, a descentralização surge como proposta de gestão administrativa em nome da eficiência das políticas empresariais e públicas, preservando o poder do Estado como salvaguarda em torno de um novo pensar sobre o planejamento. Com a crescente mobilização por uma democratização no Brasil, a descentralização e a participação social fizeram parte dos discursos políticos nos anos de 1980 e 1990 em oposição à centralização de um Estado considerado agora ineficiente, burocrático, corrupto, distante das necessidades sociais, e autoritário (SILVA; MARQUES *apud* SILVA, TAKAGI; SANTOS, 2008, pág.186). Assim, como uma luva, encaixa-se ao discurso do novo, porém, para manter-se ao velho.

Segundo Neto e Teixeira (2010), o enaltecimento da eficiência local em meio à competitividade econômica impossibilitou o incremento de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Dessa forma, a construção de um modelo de desenvolvimento local deixa de se nortear somente pelo planejamento das grandes regiões e, atualmente, considera-se como um de seus desafios a articulação do desenvolvimento local com o regional e nacional. Daí a relevância que se tem dado à Política Nacional de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

As políticas econômicas adotadas anteriormente passam a não servir às necessidades atuais para a reprodução do sistema (sociometabólico) e muitos gestores e economistas começam a supervalorizar a microeconomia com as chamadas potencialidades e vocações das comunidades locais, em detrimento dos estudos sobre a macroeconomia. Neste bojo, acredita-se que o consumidor possui grande influência na determinação final dos preços das mercadorias, reduzindo a ciência econômica ao estudo da relação entre oferta e procura fora da totalidade. Furtado já alertara para o que chama de mito da “soberania” do consumidor (1974, pág. 115). Importante destacarmos ainda que a crítica à macroeconomia está relacionado aos ataques à metateoria e metanarrativa atribuídos à chamada pós-modernidade (HARVEY, 2008), que tem avanço nas universidades em diferentes áreas do conhecimento, alimentado pelos estudos pós-coloniais que negam conceitos, categorias e princípios universais.

O local (na microescala e na micronarrativa) muitas vezes é considerado uma contraposição aos ditames da economia mundial, como se o conflito central fosse

estabelecido entre o que seria “local” e o que seria “global”, concebendo a anulação de um frente ao outro. Atualmente, as comunidades locais representam um *locus* para o desenvolvimento econômico na busca pela sustentabilidade e legitimidade de suas atividades, mesmo em caráter destrutivo e contraditório. A participação e a descentralização são entendidas como instrumentos centrais no processo de democratização da relação entre Estado e “Sociedade Civil” (SILVA e MARQUES apud SILVA, TAKAGI e SANTOS, 2008, pág. 187). Pensar as atividades econômicas apenas localmente dificulta relacioná-las às decisões de caráter mundial.

Acredita-se que “a falta de atenção às dimensões microeconômica e territorial afeta a própria estabilidade macroeconômica” (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2008, pág.217). Sob o discurso de retomar o desenvolvimento no capitalismo, a política de desenvolvimento local é concebida como:

[...] uma resposta dos diferentes territórios, cidades e regiões frente às exigências da mudança estrutural na atual fase de transição tecnológica. Todas as economias locais se encontram muito mais expostas que no passado neste contexto de globalização, o que obriga à tomada de iniciativas e políticas de desenvolvimento, a partir dos diferentes âmbitos territoriais e locais. O caráter agregado das políticas centralistas as torna pouco eficientes para enfrentar diferentes realidades e situações territoriais (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2008, pág. 218 e 219).

De acordo com Conh (1995, pág. 14), a descentralização enquanto mudança administrativa favorece, mas não garante a almejada democratização e a maior eficiência das políticas, como demonstra sua pesquisa sobre a descentralização na área da saúde, que segundo o autor seria o setor que mais teria avançado nesse processo. No geral, tende-se a pensar que a descentralização possa levar a eficiência das ações na área social, “ocorrendo dissenso apenas quanto à forma de sua implementação e ao que ela implica em termos dos pactos federativos existentes” (CONH, 1995, pág. 5). Com isso, O Estado é enaltecido sob o discurso da eficiência e da competitividade feita por meio de uma descentralização bem-sucedida (COSTA, 2010).

Conforme Alencar (2004), antigo Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do BNB, o APL surge no Brasil no contexto de descentralização política, ao qual se defendia uma maior autonomia para os estados membros da federação, ao passo que se distanciava do antigo planejamento regional a partir do final da década de 1980. Portanto, a política dos APLs se adequaria perfeitamente ao projeto de desenvolvimento local sob o formato territorial, destacando-se como uma das principais grandes linhas de proposta de desenvolvimento para o Nordeste (ALENCAR, 2004), privilegiando os arranjos mais competitivos na disputa por mercado (naturalizado quando atribuído à vocação local) com a gestação de formas mais eficazes para o ordenamento, através de instrumentos de controle e de gerenciamento da produção local. O ordenamento da produção vem assumindo o enfoque territorial em detrimento ao enfoque setorial, em tempos de exigências maiores sobre a velocidade de fluxos, flexibilidade, maleabilidade e competitividade.

## 2 | O APL E A ASCENSÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL

A abordagem Territorial de Desenvolvimento Local tem sido assumida por diferentes Órgãos Internacionais nos últimos anos. No Brasil foi inspirada nas experiências italianas e estadunidenses que tiveram o apoio significativo do Estado através do provimento de infraestrutura, do apoio ao ensino e treinamento de trabalhadores, do apoio aos centros de pesquisa, do financiamento nas áreas em que os empresários são incapazes de assumir e do fomento de entidades representativas para cooperação e investimento coletivo (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, pág. 46 e 47). Essas experiências consolidaram também a noção de Arranjos Produtivos Locais.

Albuquerque e Zapata (2008) apresentam as seguintes bases para a nova Agenda do Desenvolvimento na abordagem Territorial: a criação de uma institucionalidade para o desenvolvimento econômico local, fomento de empresas locais e qualificação, cooperação público-privada, atitude proativa do governo local, coordenação de programas e instrumentos de fomento, elaboração de estratégias de desenvolvimento, existência de equipes de liderança local e mobilização e participação social. Assim,

Na atualidade, o ajuste das novas formas flexíveis de produção exige um fortalecimento das instâncias locais das administrações públicas, para que possam facilitar as necessárias mudanças nos diferentes sistemas/arranjos produtivos locais. Daí a importância das políticas de desenvolvimento local no atual contexto da globalização e das formas de produção flexível, já que a incorporação de inovações tecnológicas no tecido produtivo, a formação de recursos humanos e a adequada valorização do meio natural só podem ser contempladas eficazmente a partir dos próprios territórios (ALBUQUERQUE e ZAPATA, 2008, pág. 219).

Os princípios de cooperação, competição, capital social, governança e identidade observados na Política de Apoio aos APLs são derivados dessa abordagem territorial, que tem como objetivo articular atividades em uma determinada região unindo o crescimento econômico com as vantagens locais/competitivas.

É na localidade que se faz notar a interdependência entre crescimento econômico, gerador de externalidades positivas em seu entorno, e vantagens locais relevantes para a melhoria de processos e produtos das empresas (BRASIL, 2004, pág. 08).

No Brasil, pretende-se incorporar novos “Territórios” de planejamento ao processo de Desenvolvimento Nacional a fim de superar o considerado baixo dinamismo econômico e reduzir as desigualdades regionais. A partir disso, as políticas públicas passam a atuar no fortalecimento da organização social dos agricultores familiares e estímulo das instituições que o representam. Segundo seus defensores:

É fundamental que valorizemos os pequenos projetos com abrangência e repercussão locais, economicamente mais viáveis, ambientalmente mais sustentáveis e potencialmente capazes de produzir resultados eficientes. Possivelmente assim se promoverá uma convivência de fato com as adversidades do semiárido, garantindo a produção e a melhoria da qualidade de vida das populações locais (PEDROTTI; HOLANDA, 2003, pág. 326 e 327).

As microinstâncias são alvo de intervenções destinadas a incorporação de localidades na economia. Costa (2010) acredita que o Território seja uma mediação necessária entre a escala local e mundial. Isto permite a articulação de escalas de planejamento sobre pequenos empreendimentos na mediação do Estado com o mercado. Os defensores do Desenvolvimento Territorial criticam a forma como a Política Regional foi assumida no Brasil pelos cepalinos, que segundo eles negava as especificidades locais. A responsabilidade creditada à escala nacional pela macroeconomia passa a ser competência primaz da escala local.

Conforme esta visão de mundo, a dinâmica do capitalismo contemporâneo é geradora de uma conexão dos espaços e impulsionadora do acirramento de um processo de integração – consubstanciado na unificação do espaço global -, no qual o Estado-nacional apenas gera ficções, que, em última análise, entravam a penetração dos fluxos de capitais no espaço econômico nacional de acumulação. Como consequência, a escala nacional é rejeitada como centro de decisão primaz, sofrendo um redimensionamento do seu poder, espalhado na direção dos governos e das comunidades locais que se estima possuírem extraordinária capacidade para cumprirem com muito mais eficiência as tradicionais funções que sempre foram as dos Estados nacionais, quais sejam: a função de acumulação, regulação e legitimação. (COSTA, 2010, pág. 91).

Não se diminui o poder do Estado, mas o objetivo é alinhar as competências de cada localidade às normatizações do mercado com o apoio do Estado. Os defensores dessa Política acreditam que o principal trunfo do Território seja internalizar as condições de seu próprio desenvolvimento, pela identificação de oportunidades rentáveis e utilização de seus recursos que caracteriza o desenvolvimento endógeno. LIMA (2008), com base em Andrade, afirma que o conceito de crescimento endógeno surge a partir de duas visões: a espacial ou regional e a teoria macroeconômica elaborada por Lucas e Romer, sustentadas pela autodeterminação nacional e regional.

A corrida pela identificação das potencialidades locais/territoriais, sugere Paiva (2012), deve ser feita com base em setores rentáveis, na capacidade de sustentação da atividade e na especificidade da divisão territorial do trabalho frente à divisão internacional do trabalho. Além do que, o desempenho está vinculado a qualidade dos agrupamentos e capacidade de cada “Território” de impulsionar inovações, onde as unidades produtivas se localizam (ALBURQUERQUE; ZAPATA, 2008). Segundo esta proposta, o “sucesso” de um determinado território está na sua capacidade endógena de se desenvolver e de sua autogestão, reunindo um conjunto de “potencialidades” formado pelo clima favorável, empreendimento, participação das redes pública e privada, meio ambiente cultural e natural, além da identidade como condição para a coesão social e territorial (Brasil, 2003).

Amaral Filho (1996) apresenta uma proposta de desenvolvimento baseada em “(...) endogeneizar o modelo exógeno, por meio da integração produtiva e exogeneizar o modelo endógeno, através da organização dos territórios e da promoção dos ‘APLs’” (pág. 147). Para o autor, o desenvolvimento endógeno deve buscar como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda. No entanto, o mercado não permite a

universalização destes resultados.

O conhecimento tácito é utilizado como diferencial para fortalecer a competitividade dos Territórios, pois ele é criado a partir das inovações elaboradas em cada experiência, um saber implícito e transmitida entre as famílias que desenvolvem determinada atividade no local. Deste modo, pensa-se que não exista uma estratégia única aplicável, mas diferentes estratégias conforme cada realidade na produção de inovações competitivas sejam elas criadas no âmbito formal ou informal no sistema produtivo, desde que sejam conduzidas pelo e para o mercado. A produção deste conhecimento e a criação de possíveis técnicas são discutidas em Seminários e Encontros Nacionais e divulgadas pelo *site* “Rede Social dos APLs” (<http://redeapl.ibict.br/>).

O aprendizado e o potencial inovativo são considerados imprescindíveis para o APL no desenvolvimento territorial, assim como o estabelecimento de normas e sistemas para facilitar as ações coordenadas do arranjo no Território (FEITOSA, 2007) e de autoconfiança, confiança mútua e confiança nas instituições públicas (ARBIX, 2014). Para facilitar a produção de conhecimento tácito na proposta de desenvolvimento endógeno, o Estado estimula a formação de grupos com potencial capacidade de governança local para tratarem os problemas comuns e buscarem soluções consensuais para interesses conflitantes ou diferenciados para ações cooperadas (FEITOSA, 2007). As associações e as cooperativas se enquadram bem neste quesito.

Em Sergipe, por exemplo, o apoio aos APLs se enquadra bem à abordagem territorial. A política dos Territórios se baseia na proposta de desenvolvimento endógeno, de vocação produtiva, em articulação com a Política Estadual.

Para a Sedetec, o apoio a Arranjos Produtivos Locais é fruto de uma nova concepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social. A estratégia de política estadual para os APLs está focada em atividades produtivas de vocação local, visando melhorar as condições locais para o crescimento das empresas e das atividades/negócios rurais, para o incentivo a interiorização dos investimentos e para a promoção da inovação tecnológica nas Micro e Pequenas Empresas e no ambiente rural e o aumento do emprego e renda local (MELO, 2013, pág. 12).

Portanto, a atenção dada aos APLs parte dos estudos e experiências sobre a abordagem local/Territorial no seio da reestruturação produtiva. Porém, os estudos sobre as aglomerações produtivas, com é o caso do APL, não são tão recentes.

### **3 | O REVIGORAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS**

Com as exigências de relações cada vez mais móveis e flexíveis, a partir do advento do novo discurso da eficiência, as pesquisas voltadas às aglomerações de empresas e de grupos de produtores ganharam terreno no desenvolvimento territorial, dada sua funcionalidade política e econômica. A velocidade dos fluxos de bens e

serviços desafiaram os gestores em busca das melhores práticas de otimização da produção e de rentabilidade, principalmente através de novas técnicas incorporadas ao trabalho e da diminuição do tempo de giro da mercadoria.

Para isso, as atividades econômicas reorientadas no espaço geográfico sofrem influência do revigoreamento dos estudos sobre as aglomerações produtivas. Assim, criaram-se várias nomenclaturas aplicáveis a este processo, como parques tecnológicos, polos de tecnologia, polos de modernização, *clusters*, distritos industriais, zonas industriais, sistema de inovação, entre outros. Mas a maioria dessas abordagens se refere a uma política setorial ou de base macroeconômica.

Entende-se como uma aglomeração de empreendimentos o agrupamento espacial de unidades produtivas individuais e coletivas reunidas em torno de determinadas atividades produtivas. O “Território” (*sic*) é concebido como espaço físico ao qual se dispõe uma determinada concentração e dinâmica da atividade econômica, não maior que uma microrregião de planejamento, as aglomerações produtivas podem servir como instrumentos complementares da Política Territorial, mapeando e organizando a produção como ocorre na Política Nacional de Apoio aos APLs.

A discussão sobre os aglomerados sofreu influência das pesquisas de Marshall (economista britânico: 1842 - 1924) sobre a organização da produção em distritos industriais na Inglaterra na última década do século XIX. Segundo Costa (2010), o autor destacara a divisão do trabalho como importante fator da qualidade dos produtos e produtividades das empresas, aliado ao aproveitamento de maquinário especializado, criação de um mercado de trabalho mais anafado e indelével para “mão de obra especializada” e criação de um efeito de atração maior sobre os consumidores. Os estudos de Marshall foram aplicados junto ao modelo de produção em massa, taylorista e fordista pós Segunda Guerra Mundial, visto na época como eficiente e moderno. Neto e Teixeira (2010) acreditam que a atual busca pelas competências organizativas locais tem sua origem na concepção neoclássica marshalliana de distritos industriais, hoje transvestidas em novas abordagens.

Outros autores também se destacaram na discussão. Durante o século XIX, Von Thunen (Economista alemão: 1783 - 1850), analisou o padrão de localização e especializações sub-regionais a partir de círculos concêntricos em torno de um campo gravitacional urbano, considerando como critérios o custo dos transportes e perenidade dos alimentos. De modo semelhante, no início do século XX, Alfred Weber (economista alemão: 1868 – 1958; irmão do sociólogo Max Weber) tratou a localização geográfica a partir dos custos de transportes da matéria-prima, sendo pioneiro na teoria da localização industrial. Walter Christaller (geógrafo alemão: 1893 – 1969), na década de 1930, desenvolvera a Teoria das Localidades Centrais sobre a hierarquia de cidades a partir de seus serviços e produtos. Deste modo, o espaço urbano e o setor industrial formariam a base sobre o modelo de desenvolvimento impulsionado pelo crescimento econômico durante quase todo o século XX.

O pesquisador Schumpeter (economista nascido na atual República Tcheca:

1883 – 1950) foi um dos que mais influenciaram a economia na primeira metade do século XX, por meio da Teoria sobre Crescimento Econômico. Ele parte da criação de inovações como requisito para uma fase de expansão no capitalismo, alterando as condições prévias de equilíbrio. Os chamados neoschumpeterianos acreditam que a inovação é determinante para a crescente competitividade da economia, de modo a influenciar na noção de conhecimento tácito e inovativos como estratégias para o desenvolvimento territorial endógeno via APLs.

Uma das teorias mais utilizadas pelos adeptos do desenvolvimento cepalino foi a dos Polos de Desenvolvimento elaborado por François Perroux. Esse autor conclui, a partir de pesquisas sobre experiências francesas na década de 1950, que o crescimento econômico ocorre de modo diferente no tempo e espaço, criando a necessidade de polos de crescimento coordenados pelo Estado para impactar a dinâmica econômica nas regiões. O “efeito de arrasto” gerados pelas indústrias motrizes e suas dinâmicas levariam a uma difusão do crescimento em determinadas áreas, promovendo uma concentração e centralização de serviços e infraestrutura. Este é o princípio que se mantém até hoje na busca pela descentralização e desconcentração, mas sob os moldes do Desenvolvimento Local na acumulação flexível, denominada de “Teoria do Desenvolvimento Contemporâneo” (COSTA, 2010).

O BNB e a SUDENE já discutiam desde o final da década de 1980 as chamadas Teorias de Desenvolvimento Rural Integrado e o Desenvolvimento Local na região Nordeste do Brasil, resultando na criação de programas como o Polonordeste e os Polos Agroindustriais apoiadas pelo Banco Mundial. A ideia de cadeia produtiva foi muito destacada pelas pesquisas sobre o complexo agroindustrial, sobretudo na incorporação da agricultura a montante e a jusante. A preocupação sobre o encadeamento entre aglomerados se torna evidente no fim do século XX.

Na última década este conceito passa a ter uso generalizado nas instituições de pesquisa agropecuária e extensão rural, assim como nas agências governamentais. Enquanto nos estudos socioeconômicos a ideia da cadeia produtiva tinha o intuito de mostrar como a dinâmica da agricultura era cada vez mais determinada por atores econômicos presentes nos setores industriais, na pesquisa agropecuária e extensão rural a ideia era visualizar possíveis gargalos tecnológicos e organizacionais passíveis de ação por parte dessas instituições (MIOR, 2005, pág. 46).

A dimensão espacial foi o principal alvo da Teoria da Nova Geografia Econômica (NGE) em economias de aglomeração, surgida no seio neokeynesiano estadunidense na década de 1990. A infraestrutura é vista com uma condição para o desenvolvimento, atribuindo o Estado a função de provê-lo, posto que esta tarefa na maioria das vezes necessita de um grande investimento dos capitalistas.

A partir da década de 1990 passa-se a discutir melhor de que forma as Políticas Públicas Nacionais poderiam apoiar o desenvolvimento das aglomerações produtivas locais, capaz de abrigar uma ampla diversidade de fenômenos e com intuito de se constituir como um promissor instrumento de política econômica por meio da cooperação e eficiência produtiva na lógica neoliberal. Assim, procura-se substituir



as políticas de fomento setoriais ou de apoio isolado por políticas que apoiem agrupamentos de produtores (AMARAL FILHO, 2002). Segundo Costa (2010), várias instituições implantaram ações nesta perspectiva, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, FINEP, SEBRAE, SENAI, governos estaduais e municipais.

Conforme Mior, a EMBRAPA utilizou essa noção de cadeia produtiva no início dos anos 90, mas ao final desta década utiliza o conceito de *clusters* para designar o tipo de relacionamento das atividades econômicas com os territórios e conceber uma noção mais precisa para uma produção espacialmente coesa. Os *clusters* são considerados apropriados para a formação de especializações, aglomerados setorial e/ou geograficamente, e foram muito utilizados pelos gestores do desenvolvimento regional.

De acordo com Menezes (2009), os neomarthallianos Beccatini e Cappichi renovaram o debate internacional sobre o desenvolvimento regional junto à exposição da experiência vinculada à Terceira Itália, destacando as relações de confiança e redes sociais a partir da identidade territorial. Para Lima (2008), os APLs, provenientes da economia regional e da economia industrial, adequaram-se à realidade brasileira pela incrementação de micro, pequenas e médias empresas com destaque para a escala local frente a diversidade encontrada no país de grande extensão territorial. O próprio conceito de arranjo exige um lastro territorial para ser coeso e funcional, além de poder gerar assim formas adaptáveis de controlar o ordenamento territorial.

Deste modo, o Estado tem dado ênfase às aglomerações produtivas locais através do modelo de APL. O desenvolvimento territorial e as aglomerações produtivas locais são consideradas pilares modernos responsáveis em incrementar a economia de forma articulada entre os setores, especialmente as relações entre a agricultura e a indústria brasileira.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Harvey (2008) considera que a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa criaram problemas para as formas de planejamento, dada a crescente necessidade em racionalizar e flexibilizar a produção. Antunes (2009) afirma que a decadência do fordismo é uma expressão fenomênica da crise estrutural e, então, impõe ao Estado apoiar e criar ambientes favoráveis aos negócios e combater obstáculos, porém, sem qualquer rompimento com o sistema do capital. Isso ocorre devido à sua relação metabólica de mediação de segunda ordem do sistema, intervindo quando necessário para manter a lógica reguladora do mercado. Nesta medida, busca combater a desigualdade produzida pelo próprio metabolismo que faz parte, utilizando-se do discurso político para a criação de consensos.

Sob o discurso do combate à pobreza, o Estado acaba garantindo a produção e reprodução do capital incorporando-os em seu planejamento. O aparente culto às comunidades locais encontra seu limite nas determinações da (ir)racionalidade do capital e sua relação com o Estado, sendo inconcebível pensar os problemas como estruturais a partir da manutenção do primeiro e não imaginar a sociedade sem a ordenação do segundo, apesar de experiências como a Comuna de Paris em 1871. Iasi (2011, pág. 90) indica que autores como Hobbes e Locke ajudaram para a naturalização do Estado por meio da aparente impossibilidade de organização sem tal instituição e seu ordenamento jurídico, estabelecendo a “insociável sociabilidade humana”, nos termos de Kant.

As metas produtivas induzidas aos camponeses são na realidade metas compatibilizadas pelo Estado do sistema do capital. Ao contrário do que se costuma pensar, a acumulação que impulsiona o Desenvolvimento não permite uma evolução socioeconômica uniforme, linear e gradual, mas transcorre sob uma dinâmica contraditória e alicerçada no par dialético desenvolvimento-crise.

Na esteira do discurso tecnocrata, o pleno funcionamento da economia tem colocado o Estado à prova nos períodos de intensificação da crise. Apesar da adoção das práticas liberais e das regulações keynesianas se fundamentarem em diretrizes opostas, ambas apresentam uma unidade. A forma pode mudar, mas não seu conteúdo. Em sua essência, o poder político está vinculado aos interesses reprodutivos do capital e ao poder material que este exerce sobre a sociedade (PANIAGO, 2012, pág. 70). Esta é a substância entre o Estado e a base material da sociedade capitalista, de complementaridade, no bojo do sistema do capital como um todo (*idem*, pág. 78).

O mercado torna-se a finalidade, foco da Política Econômica, enaltecendo a “valorização do Território”. Como todo processo de valorização implica a exploração do trabalho, o aumento da produtividade e da lucratividade na busca pela expansão de mercado incorpora um *quantum* de trabalho (MARX, 1986) no sistema produtivo dos arranjos produtivos, como observado nas agroindústrias de leite e seus derivados no sertão de Sergipe (GOMES, 2014).

A Política Econômica referente a promoção do Desenvolvimento geralmente está vinculada à ideia de crescimento econômico, atualmente sob o modelo de acumulação flexível, em função de garantias para a extração de trabalho excedente. Este se converte em “meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias, objetivando a valorização do capital” (ANTUNES, 2005, pág. 69), acarretando na desrealização do ser social através do próprio trabalho, na geração de uma subjetividade inautêntica no ato de trabalhar (*ibidem*, pág. 92). Na expansão da produção de valor, a força de trabalho camponesa pode se inserir no arranjo produtivo local, permitindo relações não capitalistas vinculadas ao capital.

Assim, no prolongamento do movimento econômico, “o mesmo processo que gera o barateamento das mercadorias no curso do desenvolvimento do modo de

produção capitalista gera a alteração na composição orgânica do capital social”, com o aumento do capital constante frente ao capital variável empregado para a produção das mercadorias e, em decorrência disso, à queda da taxa média de lucro (MARX, 1986, pág. 182). No conjunto da produção de diversos setores, a queda da taxa de lucro está relacionada à busca pelo aumento da taxa de mais valor por meio da produtividade social, intensificando o grau de exploração do trabalho em seu processo produtivo na relação concorrencial determinada pelo mercado.

A competição é o fluxo social que generaliza a necessidade de inovação por toda a economia. Supondo condições de trabalho semelhantes, novas técnicas adotadas por um capital devem ser igualadas ou superadas por outros capitais no mesmo setor, se quiserem sobreviver no mercado. Além disso este crescimento da produtividade do trabalho em um setor cria tanto a possibilidade como a necessidade para o aumento da produtividade em outros (SMITH, 1984, pág. 171).

Neste sentido, com o aumento da concorrência internacional, muitos setores produtivos locais têm sido desmantelados, acentuando os índices de desemprego e contribuindo para o aumento da miséria e pobreza (CLEMENTE, 2010). Harvey (2005) afirma que devido à competitividade entre os “locais”, o Estado junto às instituições de fomento procura criar ambientes favoráveis aos negócios através da atração de “fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu espaço”. Por isso, conforme o autor, cresce a instabilidade e volatilidade econômica em tempos de mudanças aceleradas em função da acumulação de capital. Para ilustração, no início do ano de 2014 a empresa Vulcabrás Azaléia informou o fechamento de três fábricas localizadas nos municípios de Itaporanga D’Ajuda, Lagarto e Ribeirópolis, em Sergipe. A empresa alegou dificuldades causadas pela desaceleração da economia por conta da concorrência no mercado externo, principalmente com produtos asiáticos. A Azaléia chegou a Sergipe em 1989 através de incentivos fiscais e estima-se que a empresa tenha demitido 1,3 mil trabalhadores no Estado.

O Estado no seu discurso de combater a fome e a miséria por meio do enfretamento das disparidades regionais provocadas pelo mercado acaba instrumentalizando o local para o mercado, submetendo-o então às escalas do capital, pois em geral todo processo de produção no sistema do capital é ao mesmo tempo um processo de acumulação (MARX, 1986). A escala local enquanto escala do sistema do capital está submetida às determinações deste sistema que contraditoriamente tende ao processo de igualização e diferenciação no espaço, por meio da produção do espaço (SMITH, 1984).

Os trabalhadores são condenados a uma labuta responsável pelo “Desenvolvimento” e assumem todo esforço de um trabalho fadado ao inacabado e à incompletude, sem sentido prático-sensível e sem que lhe sejam dadas condições para a conquista da autonomia. Assim, o fetichismo envolto no discurso do desenvolvimento, no fetiche do mercado, assume uma forma supramaterial ao delegar aos indivíduos responsabilidades sobre um curso cujo não possuem controle concreto das relações produtivas.

Neste contexto, o projeto de Desenvolvimento Territorial busca mitigar as desigualdades socioespaciais por meio da regulação, instrumentalizando o “local” na lógica de mercado a partir dos arranjos produtivos locais. Desta forma, o Estado insere a dinâmica produtiva aos imperativos do capital, reforçando a mesma lógica de mercado responsável pelas disparidades socioespaciais, caracterizada pela incontornabilidade e agora emergido na insolubilidade de sua crise estrutural, alimentando-o.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tania. Importância da Estratégia de Desenvolvimento Local/Territorial. In **Políticas para o Desenvolvimento Local**. DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Orgs.). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ALENCAR, José Sydrião. Fome e Pobreza e o Desenvolvimento no Nordeste. In **A Nova Geografia da Fome e da Pobreza**. VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Coord.). Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.

AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, nº 14, dez de 1996, pág. 35-73.

AMARAL FILHO, Jair do. *Et al.* **Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: casos do Ceará**. Seminário Internacional Políticas para Sistemas Produtivos Locais de MPME 2002, Rio de Janeiro, 2002.

ARBIX, Glaucio. **Arranjos Produtivos Locais e a Ação do Governo Federal no Fomento às Pequenas Empresas**. São Paulo, 21 slides, color. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/apresentacoes/Apresentacao\\_apl.ppt](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/apresentacoes/Apresentacao_apl.ppt)>. Acesso em 14 de junho de 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2º ed. São Paulo, Boitempo, 2009.

BRASIL. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/CONDRAF, Núcleo De Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA. Brasília, 2003.

BRASIL. **Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**. Versão para Discussão do GT Interministerial. Política de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, 2004.

CLEMENTE, Evandro César. Disseminação do Meio Técnico-Científico-Informacional no campo e a Reestruturação da Cadeia Produtiva do Leite na Região de Jales-SP. In **Nas Margens da Boiadeira: territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no noroeste paulista**. NETO, Humberto Perinelli; NARDOQUE, Sedeval; MOREIRA, Vagner José (Orgs.). Expressão Popular, São Paulo, 2010.

CONH, Amélia. **Políticas Sociais e Pobreza no Brasil**. IPEA/Publicações. 1995.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Ministério da Integração Nacional, Governo do Estado do Pará. Mais Gráfica Editora, Brasília, 2010.

FEITOSA, Cid O. Do Regional ao Local: uma transição conceitual *in* MELO, Ricardo O. L.; HANSEN, Dean L. (orgs.). **Desenvolvimento Regional e Local: novas e velhas questões**. São Cristóvão, Editora UFS, 2007, pág. 131-154.

FRANÇA, Cassio Luiz de; GARIBE FILHO, Roberto. Políticas Institucionais para o Fomento ao Desenvolvimento Local. *In* **Políticas para o Desenvolvimento Local**. DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Orgs.). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Círculo do Livro, São Paulo, 1974.

GOMES, Carlos Marcelo Maciel Gomes. **A Política dos Arranjos Produtivos Locais na Busca Sisifiana pelo Desenvolvimento**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª edição. Annablume, São Paulo, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17ª edição. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

IASI, Mauro Luis. A Comuna de Paris e o Estado: a forma enfim encontrada. *In* **140 Anos da Comuna de Paris**. Milton Pinheiro (Org.). São Paulo, Outras Expressões, 2011.

LIMA, Rodrigo Rocha Pereira. **Território e Arranjos Produtivos Locais em Sergipe: em busca da endogeneização do desenvolvimento**. Dissertação (mestrado profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2ª edição. Volume IV, Livro Terceiro, Tomo 1, O Processo Global da Produção Capitalista (editado por ENGELS, Friedrich). Nova Cultural, São Paulo, 1986.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de (coord.). **Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste**. Nota Técnica Mapeamento, Metodologia de Identificação e Critérios de Seleção para Políticas de Apoio nos Arranjos Produtivos Locais. Sergipe. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Consolidacao\\_APLs.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Consolidacao_APLs.pdf)>. Acesso em 06 de fev. de 2013.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A Força dos Laços de Proximidade na Tradição e Inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo**. Tese (Doutorado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Argos, Chapecó, 2005.

NETO, Raimundo Pereira do Amaral; TEIXEIRA, Maria do Socorro Gondim. **A Fragmentação das Políticas Públicas com o Enaltecimento do Poder Local: federalismo e os impactos no planejamento territorial**. Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/A%20FRAGMENTA%C3%87%C3%83O%20DAS%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS%20COM%20O%20ENALTECIMENTO%20DO%20PODER%20LOCAL%20FEDERALISMO%20E%20OS%20IMPACTOS%20NO%20PLANEJAMENTO%20TERRITORIAL.pdf>>. Acesso em 23 de dez de 2010.

PAIVA, Carlos A. **Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento Endógeno de uma Região?** Documento FEE nº 59. Porto Alegre, 2004. Disponível em <[http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos\\_fee\\_59.pdf](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos_fee_59.pdf)>. Acesso em 07 de agosto de 2012.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, Neoliberalismo e os Antecedentes da “Crise” do Estado. *In* **Marx, Mészáros e o Estado**. PANIAGO, Maria Cristina Soares (Org.). São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

PEDROTTI, Alceu; HOLANDA, Francisco Sandro Rodrigues. Aspectos Ambientais e Tecnológicos do Processo Produtivo no Semi-Árido Nordeste. *In* **Múltiplos Olhares Sobre o Semi-Árido Nordeste: sociedade, desenvolvimento e políticas públicas**. LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; SILVA, Tânia Elias Magno da (Orgs.). Aracaju, Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe, 2003.

SANTOS, Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. *In* **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Versão Preliminar. Revista do BNDES, v. 11, n. 22, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya; SANTOS, Ana Claudia. Experiências de Desenvolvimento Territorial e Controle Social no Governo Brasileiro. *In* **Políticas para o Desenvolvimento Local**. DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Orgs.). São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1984.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-018-6

